



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1572302 - PR
(2019/0254786-5)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANQUINHO PUBLICACOES LTDA
ADVOGADOS : AURÉLIO CÂNCIO PELUSO E OUTRO(S) - PR032521
ALEXANDRE MILLEN ZAPPA - PR027862
AGRAVADO : POP INTERNET LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. BENEFÍCIO GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI. SÚMULA 284/STF. PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança.
2. O recurso especial não pode ser conhecido quando a alegação de ofensa à lei for genérica.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

DECISÃO

Em face das razões de e-STJ fls. 245/254, reconsidero a decisão proferida pela PRESIDÊNCIA DO STJ de e-STJ fl. 241/242, e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por BANQUINHO PUBLICACOES LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 18/01/2019.

Concluso ao gabinete em: 13/05/2019.

Ação: de cobrança ajuizada pela agravante em face da POP INTERNET LTDA.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Acórdão: negou provimento ao recurso do agravante, nos termos da seguinte ementa:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO CONTRA DECISÃO DO RELATOR EM QUE SE ANALISA PEDIDO LIMINAR EM AGRADO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

RECURSAL. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE DOS ELEMENTOS E PROVAS MEDIANTE COGNIÇÃO SUMÁRIA, APROPRIADA À FASE PROCESSUAL. NÃO DEMONSTRADO O RISCO NECESSÁRIO AO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. " (fl. 85, e-STJ).

Recurso especial: alega violação do art. 98 do CPC e da Lei 1.060/50. Sustenta que demonstrou de forma fundamentada a impossibilidade financeira de arcar com os custos judiciais.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da alegação genérica de ofensa à lei

A agravante alega, genericamente, violação da Lei 1.060/50, deixando de indicar especificamente qual dispositivo legal foi violado pelo acórdão recorrido.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à falta de comprovação da hipossuficiência a autorizar a concessão do benefício da gratuidade de justiça, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões RECONSIDERO a decisão da fls. 241/242 (e-STJ), CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora